

EDUCAÇÃO PSICOMOTORA: VÍNCULO, ESTIMULAÇÃO E ESTRUTURA

Alves, Ricardo C. S. (CPII-HII), psicomotricialves@globo.com

Palestra apresentada na Mesa-Redonda E: Psicomotricidade e Educação: Vínculos Possíveis, do XII Congresso Brasileiro de Psicomotricidade: Vínculos em Psicomotricidade: o Real e o Virtual - Rio de Janeiro – RJ - 12 a 15 de setembro de 2013.

Resumo

O objetivo deste artigo foi discutir e refletir sobre a Educação Psicomotora (EP), aprimorando esta importante área. Trata-se de um estudo bibliográfico com base nos II, VII e IX Anais do Congresso Brasileiro de Psicomotricidade, artigos da Revista brasileira de história da educação, nº. 5/2005 e demais autores. Concluímos que a EP é uma área alicerçante à todo sujeito, devendo ser estimulada não apenas na escola, mas em qualquer evidencia da necessidade de possibilitar um desenvolvimento e estruturação do ser humano.

Palavras chave: Estimulação, Organização, Estrutura Psicomotora.

1. Introdução

O ser humano está na essência da estrutura social e da educação, e este é estimulado a produzir para si e para a sociedade, de forma cada vez mais eficiente, mesmo sob uma contradição nessa estrutura caracterizada entre a conservação x transformação. Por isso, precisamos dar conta da resistência natural entre idéias mais retrógradas e as ditas contemporâneas. A sociedade e a educação brasileira estiveram desde o Império, até este momento, submetidas a esta contradição e também, segundo Ribeiro (2007) submetidas aos elementos mediadores (quantidade x qualidade) para a solução desta contradição.

Iniciamos nossa vida numa experiência multisensorial, vivenciada em suas diversas atividades práticas, pois nestes primeiros momentos, as coisas vão tendo sentido de acordo com essa perspectiva e é a partir daí que vamos construindo o saber sobre nós mesmos, os outros e os objetos. As diferenças na origem do ser humano, nas marcas iniciais da vida, se iniciam no processo de humanização, ou melhor, no ato de educar.

A noção de unidade corporal não é inata. O bebê nasce fragmentado em seus campos sensorial e motor. O outro é quem unifica esse órgão (o novo ser-bebê), une e humaniza esses fragmentos e aos poucos vai dando um sentido a esse corpo. Assim também acontece na escola. O aluno nos chega fragmentado, querendo saber onde está, onde foi deixado e precisa nesse momento do outro para unificá-lo. O professor é exatamente esse outro capaz de exercer essa função. Mas para isso ele, o professor, necessita de ajuda e a Pedagogia não o formou para tal.

Trata-se por isso, de um processo educativo vivenciado por todos os envolvidos, numa poesia melódica que inaugura ao mesmo tempo, um FILHO, uma MÃE e um PAI, ou um ALUNO e um PROFESSOR.

Esse outro irá antecipar um sujeito que ainda não existe, está fragmentado, irá gradativamente inventando saberes que darão um sentido aos movimentos deste ser, ou seja, ele vai se tornando um portador de um suposto saber subjetivado nas cenas relacionais dele com o outro. Este processo educativo de ambos, onde um educa um aluno (filiação) e o outro educa um professor (maternagem), é composto de linguagens re-significadas a cada instante.

A Educação Psicomotora (EP) não é a presença da Psicomotricidade na Educação, ou na escola e sim a existência de um trabalho de estimulação essencial no processo de evolução do sujeito, desde sua origem, na família, até suas amplas relações na retrogênese, até o final de sua vida.

Podemos pensar então, em realizar um trabalho de EP com mulheres e homens grávidos, pois neste momento se inicia a ideia de uma vida, a imaginação de um filho, que necessitará dessa estimulação, antes mesmo de iniciarmos uma intervenção na escola, local onde muitas coisas desse ser humano e seu núcleo familiar, já chegam estabelecidas, cristalizadas.

Araújo (1985) em seu artigo numa das mesas de debate do II Congresso Brasileiro de Psicomotricidade já afirmava que a EP antecede o processo tanto reeducativo, como terapêutico, porque ela faz parte do processo evolutivo natural da criança. O papel do educador será o de acompanhar a criança nas suas descobertas a nível da exploração, podendo, inclusive, facilitar seu desenvolvimento à medida que permite, estimula, encoraja, proporciona situações e materiais enriquecedores para estas explorações.

Nosso objetivo é discutir e refletir sobre a EP, seus profissionais, seus atendidos, seus critérios, sua amplitude de atuação, suas fronteiras de intervenção, aprimorando esta importante área da Psicomotricidade.

2. Histórico do processo educativo no Brasil, principal campo da intervenção da EP

Segundo alguns autores como Ribeiro (2007), Xavier (2003) e Bonamino (2003), inicialmente a formação da sociedade brasileira sofreu forte influência do Estado português e da Igreja católica, seguindo valores da cultura clássica européia, afastando-se do mundo rural e patriarcal, mas sob a ordem e a disciplina, características na doutrina católica. Caracterizava-se por uma educação subordinada a interesses político-partidários, com demandas a interferência da Igreja católica.

Em 1948, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) colocando em lados opostos os centralizadores e os autonomistas. A disputa pela organização do ensino fica entre as funções da família, da Igreja e do Estado, eixos do conflito entre o público e o privado. Assinada em 20/12/1961 pelo Presidente João Goulart, esta permitiu a descentralização administrativa e didático-pedagógico do sistema nacional de ensino, mas através das bolsas de estudo, mantidas pelo estado, expandiu os negócios com o ensino. A política educacional pós-1964 organizou-se para profissionalizar o ensino médio, popularizar o acesso ao ensino superior e aprimorar a mão de obra mais adequada precocemente. Porém no ensino privado essa profissionalização era superficial e o que se enfatizava era o ensino preparatório ao vestibular.

Podemos observar então há quanto tempo a Psicomotricidade enfrenta dificuldades em seu processo, pois investe em um sujeito que vive sob a tutela da disciplina pela disciplina, a ordem pela ordem, numa perspectiva comportamentalista. Observamos que até então não se falava em educação infantil, pois esta ficava subordinada a Secretaria de Saúde e não a Secretaria de Educação.

O processo de abertura política iniciado em 1974 (Geisel) até 1985 (Figueiredo) ativou movimentos sociais em prol da restauração dos direitos democráticos. A Psicomotricidade surgiu nesse segundo momento com a Sociedade Brasileira de Terapia Psicomotora.

Para Xavier (2003) na nova república, o Fórum Nacional de Educação – defendeu princípios gerais como: ensino público, laico e gratuito em todos os níveis, sem discriminação econômica, política ou religiosa; democratização do acesso, permanência e gestão da educação; qualidade do ensino; pluralismo de escolas públicas e particulares e a extinção de isenção fiscal para as escolas particulares, deixando-as sujeitas às obrigações tributárias pertinentes às empresas privadas em geral, e a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEM) defendeu a concessão de bolsas de estudos pelas escolas particulares como e, também, a imunidade tributária e fiscal. A FENEM defendeu, ainda, o ensino religioso como disciplina integrante do currículo das escolas oficiais. A partir da Constituição de 1988, o Estado dá literal autonomia à família e à sociedade, num disfarce de delegação de poderes as sociedades comerciais e religiosas.

A nova LDB (Lei n. 9.394/96) considerou apenas o ensino fundamental como obrigatório e justificado pelo governo como sendo a lei do possível, dependente dos recursos possíveis pelo estado e adequada às diferentes situações da educação nacional. Segundo Bonamino (2003) a LDB, concorre para o fortalecimento do poder regulatório que o governo federal passou a exercer em todos os níveis educacionais, pela via da avaliação e das reformas curriculares.

Nessa perspectiva de novas formas de parceria entre a União, os Estados e os Municípios, surgem as ONGs que se proliferaram, captando recursos públicos das brechas deixadas pela atuação do estado em áreas de políticas sociais e de serviços públicos em geral. A opção por política de parcerias camufla potencial estímulo à ampliação da participação de

diversos setores sociais no processo de construção da democracia e da justiça social com sentido universal.

Todas essas movimentações podem esclarecer plenamente onde se encontravam e ainda hoje se encontram os interesses públicos e privados no panorama atual da educação brasileira, ou melhor, como o processo de evolução de grande parte da população brasileira sofre para se organizar, desenvolver, evoluir. Se para os alunos a situação sempre foi esta, como podemos imaginar a situação dos docentes e demais funcionários da educação sob este prisma? Surgem as propostas de supervisão à escola e ao profissional individualmente, com bases na Psicomotricidade.

Em 1996, foi criado o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que estimulava estados e municípios às atribuições de gestão da educação através de uma descentralização administrativa e financeira do ensino fundamental, colocando a União num processo de controle da educação nacional pela avaliação.

Este é o quadro do campo de maior atuação da EP no Brasil, isso justifica o que Lapierre havia dito em 1984 quanto a Psicomotricidade ser subversiva na escola, pois ela subverte a lógica cartesiana de aprendizagem e estruturação de um sujeito, construída ao longo desses anos nos modelos pedagógicos escolares.

3. Psicomotricidade e Educação – os vínculos possíveis

Os primeiros indícios da Psicomotricidade no Brasil datam de 1950, que segundo Morizot (1985) tratam de alguns profissionais ligados às áreas da deficiência, começam a valorizar o corpo e o movimento, como elementos coadjuvantes em formas diversificadas de reabilitação, ainda que a terminologia “Psicomotricidade”, não fosse mencionada.

Lapierre (1985) afirmava que os conflitos são inerentes à vida, à oposição entre o princípio do prazer e o princípio da realidade. Certas crianças os elaboram menos mal do que outras e constroem uma personalidade menos patológica. Isso depende de seu ambiente familiar, mas também do ambiente social. A escola é um dos elementos mais importantes deste ambiente social. Ela não pode continuar a iludir sua responsabilidade neste domínio. A Educação no sentido amplo do termo não consiste apenas em fazer adquirir conhecimentos, ela deve também se preocupar com a formação da personalidade nos seus aspectos mais profundos.

Lapierre neste mesmo evento amplia suas considerações questionando por que tantas resistências por parte da Instituição Escolar. Ele mesmo responde dizendo que isto coloca em questão não apenas a criança, mas também o professor. Ele ainda complementa dizendo que é indispensável que o professor participe ele - mesmo das sessões de Psicomotricidade, mesmo se elas são dirigidas por um especialista, pois o que é importante não é apenas o que se passa dentro da criança, mas também o que se passa entre a criança e o professor neste espaço de comunicação em que cada um projeta mais ou menos seus fantasmas.

Como afirmou Cabral (1985) ficou evidente a dificuldade dos educadores em abandonar a sua posição de poder e seu autoritarismo. Observamos aqui a posição da Psicomotricidade na maioria das instituições escolares que segundo Lapierre é tida como subversiva, pois ela pode tornar claros os reais movimentos que acontecem intrínsecos nas relações entre alunos, professores, diretores, pais e comunidade em geral.

Outra descrição fundamental neste aspecto é a de Pereira (1985) quando fala do instituído e do instituinte dentro da escola, principalmente pública, em sua experiência no Projeto Movimento, juntamente com os profissionais: Suzana Veloso Cabral e Marcelo Savassi. A Lei nunca é assumida e introjetada conscientemente. Ela é reproduzida de cima para baixo, um apêndice fora do corpo. Portanto, só podemos esperar comportamentos transviados diante da lei: boicote, agressividade destrutiva, atitudes desviantes como forma de protesto diante do estabelecido e imposto, revoltas e não revolução, laudos médicos, mentiras, sabotagem... Essa forma institucional tem o seu início na relação do Estado com a Instituição Escola. O Estado é percebido com a sua ideologia dominadora, detentor do poder absoluto, estático. Isso equivale dizer que esta relação se multiplica dentro da escola através da inspetora, diretora, supervisoras, orientadoras e, finalmente dentro da sala de aula entre a professora e seus alunos.

Não são todas as crianças que têm em sua origem a implantação do desejo. Algumas crianças em sua origem são recebidas como selvagens, que deles, nada se quer saber. Outras são recebidas como estrangeiros, que supomos nos trazer coisas de outro mundo.

“A criança dessa mãe aterriza nos seus braços como se fosse um estrangeiro. A diferença do selvagem – cujos mistérios o civilizado teima em apagar enquanto tais, o estrangeiro é suposto ter coisas de Outro mundo para nos contar. Espera-se que aprenda nossa língua para virmos, a saber, sobre esse Outro mundo e, assim, ficarmos menos estranhos e mais familiares. O investimento narcísico dos adultos faz da criança um estrangeiro a ser recebido nos braços e não um selvagem de quem nada se quer saber”. (LEJONQUIÈRE apud LEVIN, 2005, P.11).

Assim também acontece no processo educativo quando tratamos o aluno como um selvagem, o afastamos dos encontros, pois acreditamos que nele nada habita. Quando tratamos o aluno como um estrangeiro, o desejamos, pois acreditamos que ele tem algo a nos contar de outro mundo. O aluno selvagem não nos faz curiosos, pois seus mistérios são os nossos, os quais não queremos saber. Se esse aluno for bom, o adoraremos em silêncio, mas se for mau, tentaremos vencê-lo para rapidamente ignorá-lo.

Vemos hoje, muitas pessoas que não sabem lidar com espaços de prazer durante a vida, vivem num mundo cartesiano, onde a arte, a ludicidade e o prazer são ínfimos, não desejados ou pensados. Isso também é aprendido. Há nas pessoas um estímulo ao narcisismo desde muito cedo, ameaçando o que é comunitário, compartilhável. O individualismo cresce assustadoramente. A criança tem seu quarto, sua tv, seu laptop, etc.

A educação como uma nova etapa na vida de um ser humano, não deveria, por conseguinte, formar um aluno e sim um sujeito, assim como o jogo deveria formar a moral de um sujeito. Por outro lado, cada vez mais, desde sua origem, esse outro não tem sido o mesmo. Em nossa civilização ocidental, cada vez mais os pais deixam de exercer a unificação dos fragmentos corporais dos nossos bebês. A mãe cuidadora está deixando de existir e assumindo o papel de mantenedora. Com isso, como ela não pode se doar ao filho como gostaria, pois não dispõe mais desse tempo, ela compra tudo para esse filho, tentando suprir esse cuidado que não existe mais. Isso acontece hoje, na maioria de nossas famílias. Essas ações criam novas formas de subjetivação, tanto para um menino, quanto para uma menina.

Vivemos um novo mito: o Virtual. Enquanto você está virtual, você não é. Você só é quando aparece, mas ao aparecer não pode correr o risco de ser deletado, este é o perigo do virtual. O ser humano é um ser que tem que aparecer, as pessoas hoje querem aparecer a qualquer custo. Segundo Le Breton (2003) o corpo da realidade virtual é incorpóreo, ele é o lugar onde o mundo é questionado.

Quando o filho esperado não corresponde ao que foi antecipado pelos pais, não é reconhecido nessa filiação, questiona a função parental de tal forma que a própria genealogia é questionada, assim como o domínio familiar e a herança simbólica gerada por esse filho.

Será que o aluno esperado pelo professor quando não corresponde ao que foi antecipado por este, é reconhecido nesta docência? Será que este aluno da mesma forma, questiona a função do professor em educar? Como unificar fragmentos de um corpo não reconhecido? Como o ensino acontece a um aluno não reconhecido pelo professor? Será que os professores sabem com que sujeito lidam? Qual o lugar e a função que ocupam diante do aluno?

Nesse momento podemos dizer que a saúde psicomotora se resume em retirar a deficiência, a dificuldade, a desorganização, da passividade na qual este sujeito foi colocado ou visto pelo outro. Estando no mesmo lugar este sujeito só poderá reproduzir sempre a mesma coisa. Levin (2005) nos diz: “Lutamos para gerar sentidos cênicos e para que o destino não seja o órgão ou a síndrome, mas o trânsito realizado pela infância”.

A criança precisa ter organizado seu espaço corporal enquanto referencia primária para que no espaço que ela viva, organize seu espaço gráfico. Isso interfere não apenas na escrita, mas também na leitura.

Para Lapierre (2004) o psicomotricista necessita: 1º) Compreender o que está vivendo a criança e de ajudá-la a experimentá-lo entrando em seu jogo e, 2º) Dominar sua própria implicação para não projetar seus próprios conflitos utilizando a criança para sua própria terapia. Ele ainda afirma que o sucesso escolar e intelectual não é necessariamente uma

prova de saúde mental.

O fato da descentralização dos processos educativos nas dificuldades, distúrbios, deficiências, etc, para uma atuação baseada nas possibilidades de saúde psicomotora, evidencia as influências positivas da Psicomotricidade desde a década de 1980, na educação brasileira. Isto é caracterizado pelo número bem superior de artigos, posters e temas livres, voltados para a Educação Psicomotora, apresentados nos onze congressos realizados até aqui pela Associação Brasileira de Psicomotricidade.

Segundo Vieira ((2004) podemos dizer que pouco a pouco esta nova profissão está conquistando espaço e reconhecimento, rompendo barreiras, atendendo necessidades e encontrando apoio de escolas públicas e privadas, desejosas de oferecerem aos seus alunos, mais do que conhecimento, informações e programas engessados, mas sim, um diferencial baseado na escuta destes corpos em movimento, destes seres em transformação: aprendizes das relações, do desejo, da vida que é sua, que se faz presente na escola, que está intrinsecamente mergulhada numa comunicação autêntica.

4. Experiências em Educação Psicomotora

Nossas experiências em EP datam de 1980, com atuação em várias áreas (escolas, clubes, academias, condomínios, clínicas de reabilitação, etc.), tentando fugir dos modelos cartesianos desses setores, com alguns conhecimentos básicos dos cursos de extensão em Psicomotricidade. Não foi difícil decidirmos então, abandonar os estilos e métodos dessa formação endurecida em Educação Física, para olhar os alunos e clientes com um olhar psicomotor. Esta área estuda o ser humano a partir das valências, ou qualidades físicas deixando as estruturas psicomotoras praticamente de fora, sem perceber que estas são o alicerce para a formação do sujeito.

Inicialmente nas creches e pré-escolas, estimulando o que a Educação Física não alcançava: as estruturas psicomotoras. começamos a incomodar colegas, coordenadores e diretores, pois educar à partir do movimento era uma hipótese apenas dos livros e textos de Piaget, Wallon, Vygotsky, etc. Um exemplo claro consta em no livro O Corpo do Professor, no relato que chamamos de “cena breve”, quando vibramos com um aluno por ter feito um gol (mesmo que tenha sido gol-contra) e logo após, sermos demitidos da escola pela diretora, no local do evento, por não compreender essa atitude de estimulação.

Mesmo como técnico de equipes de Handebol Feminino de 1980 a 2005, o olhar era sempre psicomotor, voltado mais para o jogo que para a competição. Nossa perspectiva era mostrar as atletas a fabulosa experiência de participar de uma ação em equipe. O trabalho não era feito apenas na quadra de esportes, mas em suas casas, comemorando os aniversários, encontros mensais com os pais e responsáveis numa junção de forças comunitárias. Até hoje, recebemos convites para participar de encontros com essas ex-atletas, que mesmo adultas, ainda conseguem um tempo para a prática desse momento mágico da infância/adolescência delas.

Com o tempo resolvemos atuar junto aos docentes ajudando-os a ter uma escuta, pois coordenadores e diretores são hoje na escola, figuras estritamente administrativas. Defendemos em uma tese de mestrado sobre tal tema, inaugurando um processo de supervisão aos professores e às escolas, com bases na Psicomotricidade, intitulado ELO – Encontro, Linguagem e Orientação (vide site: www.psicomotricialves.com).

Outra possibilidade experimentada com sucesso, foi a EP com grávidos (Mulheres e homens) através do Projeto Materno, desenvolvido de setembro de 2012 a Julho de 2013, na UCB, quando recebemos 15 mulheres e 3 homens, na faixa etária média de 22 anos. A maioria das mulheres com problemas de relacionamento com seus companheiros. Uma delas inclusive, não sabia quem era o pai, outras não relatavam dados pessoais e do processo de gestação, algumas não queriam esses filhos. Aos poucos, através de vivências corporais, sensibilizações e relaxação, fomos mostrando os vínculos necessários para uma adoção do próprio filho, os cuidados com o bebê e com a mulher em sua gestação, a relação com os companheiros e maridos, a importância da figura do pai. Das 15 grávidas, acompanhamos 11 partos, pois alguns desistiram, mas continuamos a nos relacionar por emails, redes sociais, etc, num vínculo de confirmação de energias ao novo ser que habita entre nós.

5. Considerações finais

Precisamos discutir como atuar em Educação Psicomotora (EP), ou mesmo, o que seria a EP, pois na literatura, encontramos conceitos e definições e até mesmo exemplos de atuação extremamente confundidos com a clínica e a terapia psicomotora, ou mesmo com a reeducação psicomotora.

O olhar do profissional em EP não deve procurar problemas ou inadequações, pois para alguém que não foi estimulado, a ausência da produção (observada e avaliada como num rol de normalidades muitas vezes vistas como obrigatórias no sujeito) não deve ser tratada como inadequação, ou distúrbio.

Sabemos que as formações, as pós-graduações, cursos de extensão e aperfeiçoamento, de uma forma geral, deixam a desejar em relação a formação pessoal e acabam tornando o profissional um teórico carente da prática.

A EP é uma área de estimulação, de fornecimento das estruturas básicas ao asujeitamento do candidato a se tornar humano, de organização inicial desse ser, e também de intervenções em quem deseja ser mãe/pai, em quem surge como uma possível filiação, daí às suas vivências nessa filiação infantil, adolescente, sua autonomia adulta, até sua fase idosa, acompanhando sua morte e o que ficou desse sujeito nos outros.

Esta EP deve trabalhar na organização desse sujeito, em suas funções psicomotoras, nas relações com o outro, com os objetos e consigo mesmo, limitrofes na vida desse sujeito, evitando os desvios neuróticos, extremamente possíveis em nossa civilização atual.

Por isso, não seria apenas na escola, sua principal investida. Desde a família, no início de uma vida, a EP poderia ser indicada, desejada e estimulada pelos diversos profissionais das inúmeras áreas da educação e da saúde, não como uma profilaxia apenas, mas como uma forma de organização da espera, da chegada, da caminhada e do fim de um sujeito no mundo.

As desviações, os indícios de inadequações, deveriam ser indicados à observação e trabalho de outro profissional. Talvez seja esta a visão que outras áreas tenham do trabalho da EP, muitas vezes confundida com as atividades de um parâmetro, ou clínico/terapeuta.

Devemos realizar uma EP que invista em uma nova vida sem a presença cega dos medos e menos valias e sim numa exaltação à energia individual que todos nós temos, iluminando um caminho possível de um novo sujeito, em um novo mundo.

Referências

ARAÚJO, Maria, Terezinha. Por que educação, reeducação ou terapia psicomotora? Anais do II Congresso Brasileiro de Psicomotricidade, Belo Horizonte, MG. 1985.

BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980. Revista brasileira de história da educação, nº 5 jan./jun. 2003.

CABRAL, Suzana Veloso. O atendimento psicomotor institucional e privado. Anais do II Congresso Brasileiro de Psicomotricidade, Belo Horizonte, MG. 1985.

LAPIERRE, André. Psicomotricidade. Anais do II Congresso Brasileiro de Psicomotricidade, Belo Horizonte, MG. 1985.

_____. Psicomotricidade: O Corpo na escola – o dualismo. Anais do IX Congresso Brasileiro de Psicomotricidade, Olinda, PE, 2004.

LE BRETON, David. Adeus ao corpo, Papirus, Campinas, SP, 2003

LEVIN, Esteban. Clínica e educação com as crianças do outro espelho. Vozes, Petrópolis, RJ, 2005.

MORIZOT, Regina. Histórias e rumos da Psicomotricidade no Brasil, Anais do II Congresso Brasileiro de Psicomotricidade, Belo Horizonte, MG. 1985.

PEREIRA, Willian Cesar Castilho. O Projeto Movimento – Análise Institucional. Anais do II Congresso Brasileiro de Psicomotricidade, Belo Horizonte, MG. 1985.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. Campinas, SP. Autores Associados, 2007.

VIEIRA, Leopoldo. *Psicomotricidade Relacional na escola: ação de cidadania e transformação social*. Anais do IX Congresso Brasileiro de Psicomotricidade, Olinda, PE, 2004.

XAVIER, Libânia Nacif. *Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira*. Revista brasileira de história da educação, n° 5 jan./jun. 2003.